A blue cover with white text and a group of people

Description automatically generated

ĺndice

[Abreviaturas 2](#_Toc157372566)

[I. Introdução 3](#_Toc157372567)

[II. Objetivos do Estudo 4](#_Toc157372568)

[III. Metodologia 4](#_Toc157372569)

[IV. Contexto 4](#_Toc157372570)

[V. Organizações da sociedade civil e áreas de intervenção 6](#_Toc157372571)

[VI. A igualdade de género e equidade na Guiné-Bissau 10](#_Toc157372572)

[VII. Principais problemas/desafios do setor 11](#_Toc157372573)

[VIII. Como é que as OSC encaram os problemas e como é que se envolvem na sua resolução 12](#_Toc157372574)

[X. Dificuldades enfrentadas pelas OSC 13](#_Toc157372575)

[XI. Os pontos fortes e fracos destas organizações 13](#_Toc157372576)

[XII. O(s) documento(s) estratégico(s) a partir do(s) qual/quais são orientadas as atividades das OSC 14](#_Toc157372577)

[XIII. Os resultados conseguidos pelas organizações em trabalhar especificamente nesta área nos últimos 10 anos? 15](#_Toc157372578)

[XIV. Quem são os principais parceiros de financiamento e de implementação? 15](#_Toc157372579)

[XV. Papel do governo ou doutra entidade qualquer na implementação das atividades na área em que intervêm? 15](#_Toc157372580)

[XVI. Perspetivas futuras das Organizações de Sociedade Civil 16](#_Toc157372581)

[XVIII. Conclusões 17](#_Toc157372582)

[XIX. Recomendações 17](#_Toc157372583)

[Lista de documentação recolhida 19](#_Toc157372584)

[Anexos – Entrevistas 21](#_Toc157372585)

[MIGUILAN – Mindjeris di Guiné Lanta 21](#_Toc157372586)

[RENAGELF – Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes da Guiné-Bissau 22](#_Toc157372587)

[PPM-Plataforma Política das Mulheres 24](#_Toc157372588)

[RENLUV – Rede Nacional de Luta Contra Violência 25](#_Toc157372589)

[Casa dos Direitos 27](#_Toc157372590)

[Centro de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné Bissau 29](#_Toc157372591)

[FINJOR – Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas 30](#_Toc157372592)

**Abreviaturas**

Centro de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné-Bissau

CESAC- Centro de Estudos Amilcar Cabral

FINJOR- Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas

MELDA – Meninas Líderes e Defensoras do Meio Ambiente

MIGUILAN – Mindjeris di Guiné Lanta

MIKAT – Movimento Mindjer i ka Tambur

ONG – Organizações Não Governamentais

OSC- Organizações da Sociedade Civil

PNIEG – Plano Nacional para Igualdade e Equidade de Género

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPM- Plataforma Política das Mulheres

RENAGELF – Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes

RENLUV – Rede Nacional de Luta Contra Violência de Género

1. **Introdução**

A Convenção Cidadã insere-se no quadro das atividades que a Ação Ianda Guiné Djuntu tem desenvolvido com vista ao reforço da participação e atuação dos cidadãos organizados para a resolução do seu problema. Neste quadro a Ianda Guiné em colaboração com o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e o CESAC (Centro de Estudos Amilcar Cabral) decidiram organizar e produzir esta Convenção que envolve várias áreas sociais e uma série de atividades organizadas por fases. Foram previamente definidas 10 áreas de trabalho para as quais foram contratados 10 consultores para desenvolver e acompanhar os trabalhos em cada uma das áreas. As áreas identificadas foram:

1. Reformas do Estado (Sistema democrático/Constituição/Reforma da administração pública, sector de segurança e justiça, etc.)
2. Descentralização e desenvolvimento local
3. Direitos Humanos
4. Mulheres/Género
5. Jovens e emprego
6. Não deixar ninguém para trás/Inclusão (pessoas com deficiência, LGBT, minorias, etc)
7. Media/Monitorização cívica
8. Alterações climáticas e recursos naturais
9. Educação
10. Saúde

Pretende-se com este trabalho recolher e produzir um conjunto de informações e análises que deem visibilidade ao trabalho das organizações da sociedade civil fazendo chegar as suas expectativas e aspirações aos órgãos de soberania, em particular ao Governo. No que se refere especificamente à área Género/ Mulher é importante referir que promover a igualdade de género ou igualdade entre mulheres define a Convenção Cidadã e significa igual visibilidade, empoderamento, participação e responsabilidade de mulheres e de homens em todas as esferas da vida pública e da vida privada. Esta igualdade concretiza-se no igual acesso e possibilidade de usufruto dos recursos e na igual distribuição destes por mulheres e homens. Significa aceitar e valorizar de igual modo as diferenças de mulheres e de homens e os vários papéis que desempenham na sociedade.

Trata-se, da ideia de que todos os seres humanos, independentemente do sexo, são livres de desenvolver as suas aptidões pessoais, de prosseguir as suas carreiras profissionais e de fazer as suas escolhas sem limitações impostas por estereótipos, preconceitos e conceções rígidas dos papéis sociais atribuídos a homens e a mulheres.

Considerando que educação e a comunicação são as duas áreas que mais contribuem para reproduzir e reforçar estas conceções, mas também as que mais poder têm para as questionar e transforma as informações deverão ser elaboradas e comunicadas de forma simples e objetiva ao órgão de soberania criando assim uma espécie de plataforma de relacionamento entre as mulheres, as organizações da sociedade civil e o Estado.

Este relatório irá debruçar-se sobre questões de género e mulheres sendo o elemento de suporte para as fases a seguir tais como a produção de um filme ou vídeo e conferências sobre os diferentes temas. Terminada esta primeira fase pretende-se dar seguimento aos resultados de modo a estabelecer um sistema de seguimento das políticas públicas.

1. **Objetivos do Estudo**

Os objetivos deste Estudo são:

* Dar visibilidade às atuações das OSC no país,
* Produzir conhecimento sobre 10 grandes temáticas das OSC e que seja valorizado a nível nacional e internacional,
* Contribuir para criar mecanismos de coordenação e melhoria da comunicação e representação entre as OSC e os cidadãos em geral,
* Produzir um máximo de 10 recomendações finais por temática,
* Ter uma ferramenta para o acompanhamento/seguimento das recomendações com informação disponível online,
* Criar condições para a existência de um espaço de diálogo e colaboração entre as OSC e as estruturas do Estado.

1. **Metodologia**

Foi feita uma recolha exaustiva de documentação, nomeadamente Estudos sobre os diversos temas que compõem a área de género-mulheres e Relatórios anuais das organizações, filmes, vídeos sobre as temáticas identificadas. Foram realizadas entrevistas através de um guião orientado no sentido de recolher informações sobre os problemas das organizações, os desafios, as expectativas e recomendações. Foram ouvidas 10 organizações tendo sido o critério de escolha para as entrevistas a dimensão das organizações, o seu reconhecimento pela comunidade e ainda a questão geracional visto que nos últimos anos tem surgido organizações com uma geração bastante jovem na direção. As entrevistas foram todas dirigidas aos dirigentes das organizações ou aos responsáveis de projetos e programas.

Para a realização deste trabalho foram entrevistadas as seguintes organizações:

MIGUILAN – Mindjeris di Guiné Lanta

RENAGELF – Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes

PPM- Plataforma Política das Mulheres

RENLUV – Rede Nacional de Luta Contra Violência de Género

Centro de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné-Bissau

FINJOR- Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas

MELDA – Meninas Líderes e Defensoras do Meio Ambiente

MIKAT – Movimento Mindjer i ka Tambur

1. **Contexto**

Historicamente a Guiné-Bissau, muito cedo, integrou o especto género nas políticas públicas. A consciência do valor da mulher no processo do desenvolvimento antecede a independência sendo que, no período da luta armada, esta consciência estava já patente nas estratégias da própria luta. Aliás, nas obras de Amílcar Cabral, sobre a luta de libertação na Guiné-Bissau, está bem definido o papel da mulher na luta de libertação e no processo de reconstrução nacional . Desde o início do processo de preparação da luta armada as mulheres foram integradas em atividades políticas em particular na mobilização das populações rurais. Constituíram um elemento fundamental na luta pela independência envolvendo-se em áreas tais como da educação, saúde e cultura nas zonas libertadas. Houve obstáculos que eram essencialmente de carácter cultural (patriarcal) mas em relação aos quais os ideólogos da libertação estiveram sempre atentos. Com a Independência em 1973 o PAIGC, enquanto partido único, tentou continuar pela mesma via valorizando a participação das mulheres no processo de desenvolvimento adaptando-se ao contexto socio/politico que se apresentava. Neste período várias mulheres líderes do PAIGC ocuparam posições de destaque nas estruturas do Estado e na política em geral. Para ilustrar o facto veja-se a seguir um quadro representativo desta realidade apresentado num estudo relativamente recente sobre a condição das mulheres na Guiné-Bissau

Período mono - partidário

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| Legislaturas | Homens | Mulheres | Percentagem das mulheres |
| 1973 | 110 | 10 | 8,3 % |
| 1976-1984 | 130 | 19 | 12,8 % |
| 1984-1989 | 128 | 22 | 14, 6% |
| 1989-1994 | 120 | 30 | 20 % |

Fonte: Caderno 11, Situação da Mulher Guineense, Casa dos Direitos

Porém, nessa altura o foco dos direitos das mulheres restringia-se fundamentalmente a direitos iguais no mercado de trabalho oficial e na participação política nos órgãos de decisão do Estado. Só nos finais dos anos 80 começou-se a alargar o conceito sobre a igualdade entre mulher e homem e Género. Durante algum tempo apenas o partido no poder, através da sua organização das mulheres, a UDEMU (União das Mulheres ), desenvolvia atividades relacionadas à promoção das mulheres. Com o decorrer do tempo, o debate sobre o conceito género e o alargamento das áreas de intervenção que requeria a luta pela igualdade entre mulheres e homens, influenciados pelo debate internacional, a igualdade de género entrou definitivamente na agenda nacional. É a meados dos anos 90, com a abertura política, que se dá o surgimento de organizações não governamentais em diversas áreas de interesse comunitário. No entanto, organizações que trabalham exclusivamente a temática do género e mulheres, surgiram uns largos anos depois. Foi a partir do início dos anos 2000 que começaram a formar-se organizações vocacionadas exclusivamente às questões de género, mulheres e raparigas.

Já nos anos 90, em paralelo com Organizações da Sociedade Civil, o Estado dispunha de um Ministério da Promoção Feminina sendo a estrutura responsável para o desenvolvimento e melhoria da condição da mulher guineense. Durante vários anos este Ministério desenvolveu diversas atividades quer por si quer em cooperação com organizações nacionais e internacionais que contribuíram para que algumas ações fundamentais viessem a ser implementadas quer no que respeita à promoção e proteção dos direitos das mulheres e raparigas, quer das crianças. Foi nesse período que se começou o trabalho de combate contra a excisão feminina tendo sido este Ministério, em colaboração com outras organizações não governamentais, a criar o Comité de Luta Contra as Práticas Nefastas, numa altura em que a abordagem deste tema era ainda considerada tabu.

A instabilidade política provocada pela guerra civil de 1998 levou ao desaparecimento deste Ministério por alguns anos, tendo posteriormente sido reintroduzido no ano 2006. A instabilidade política e militar cíclica tem sido um grande obstáculo ao progresso da condição da mulher no país.

Num contexto de instabilidade e de crise social e económica permanente, a sociedade civil foi tentando dar respostas a algumas necessidades. As organizações de mulheres em particular fizeram um enorme esforço para o cumprimento da agenda da igualdade e da condição das mulheres. Estas organizações investiram na advocacia tentando influenciar os Governos, que se iam sucedendo, a elaborar e implementar um Plano para a igualdade de género. Por exemplo em 2010 o Instituto da Mulher e Criança, com apoio técnico e financeiro das Nações Unidas, criou uma Equipa Técnica Nacional para acompanhar a elaboração da Politica Nacional para a Igualdade de Género em colaboração com as OSC (Organizações da Sociedade Civil). Este objetivo foi finalmente atingido pela sociedade civil em 2012. A Política Nacional de Igualdade e Equidade do Género (PNIEG 2012/2017) é resultado do engajamento das autoridades nacionais e de mulheres ativistas da Sociedade Civil nesta matéria. Foram cumpridos compromissos chaves assumidos internacionalmente pela Guiné-Bissau com a aprovação de alguns diplomas legais que visam combater as práticas nefastas, a violência doméstica e o tráfico das pessoas (2010-2014) e por último em 2018 a Lei de Paridade. Apesar de alguns resultados satisfatórios, as organizações de mulheres continuam a debater-se com muitas dificuldades, quer internamente quer a nível externo, e que com uma boa estratégia de colaboração e articulação com o Estado poderiam ser paulatinamente ultrapassadas e proporcionar resultados relevantes.

Como resultado do trabalho realizado, consulta de documentação e entrevistas, foram identificadas diversas áreas ou subáreas de trabalho dentro do tema Género e Direitos das Mulheres .

As organizações entrevistadas intervêm essencialmente em 3 ou 4 grandes áreas no âmbito deste tema que são: a participação das mulheres em espaços de decisão seja no âmbito comunitário , seja a nível das estruturas do Estado ou no sector privado, o empoderamento económico das mulheres, a violência de género dentro do qual algumas têm a componente saúde. De um modo geral, todas elas intervêm no domínio da formação, sensibilização e advocacia para a igualdade de género e direitos das mulheres. É claro que em muitas outras áreas está a ser introduzido o elemento género devido à sua natureza transversal. No entanto, das organizações entrevistadas as áreas acima mencionadas são as que se destacaram.

1. **Organizações da sociedade civil e áreas de intervenção**

Para além das organizações cuja ação é exclusivamente focada em género e mulher, grande parte das existentes hoje na Guiné-Bissau, têm em atenção o género enquanto tema transversal. Existem inúmeras organizações[[1]](#footnote-1), mas na realidade uma boa parte delas sem grande expressão. Segundo as entrevistas com a RENLUV (Rede Nacional de Luta Contra Violência) e a Plataforma Política das Mulheres cada uma destas redes têm mais do que 50 organizações filiadas e, no entanto, a maioria delas praticamente desconhecidas pelo público. Uma boa parte destas organizações limitam-se a participar ou apoiar as atividades destas redes. Das organizações até aqui entrevistadas as que têm uma agenda própria com total autonomia de qualquer rede são a MIGUILAN (Mindjeris di Guiné Lanta), a TINIGUENA, a Casa dos Direitos [[2]](#footnote-2), e o Centro de Estudos de Género.

Uma particularidade são algumas organizações da juventude(ex. FINJOR - Fórum de Intervenção de Jovens Raparigas e RENAGELF Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes, que na sua maioria, trabalhando embora com diversos temas, colocam uma ênfase especial no género e na transversalidade do mesmo, fazendo atenção por exemplo ao sector da educação e saúde como sendo áreas essenciais à melhoria das condições de vida das mulheres ou igualdade de género.

O âmbito de intervenções varia em função das áreas ou dos grupos-alvos. Algumas organizações trabalham com mulheres e jovens adultas, outras com a camada mais jovem incluindo adolescentes crianças. Com o ressurgimento do movimento da juventude no inicio dos anos 2000[[3]](#footnote-3) começaram a surgir várias organizações cujo grupo alvo eram e são exclusivamente jovens e adolescentes. Após o nascimento do primeiro movimento da juventude guineense, ainda na época colonial caracterizada por manifestações artísticas de cariz política, há o ressurgimento dos movimentos da juventude de certo modo facilitado pelo evento da democracia. Mas é essencialmente após a guerra civil de 7 de Junho de 1998 que surge o boom das organizações juvenis colocando assim na ordem do dia o discurso público que apela para a mobilização dos jovens para melhor participarem no desenvolvimento do país e combater a delinquência[[4]](#footnote-4). Daí que as organizações da juventude entrevistadas são todas elas do pós ano 2000. [[5]](#footnote-5)

O tempo de intervenção das organizações de Mulheres em relação a outras organizações da sociedade varia bastante mas, grande parte delas, também surgiram após a guerra civil de 1998.

As organizações especificamente orientadas à situação das mulheres eram praticamente inexistentes antes da guerra. Por exemplo a Plataforma Política da Mulheres surgiu em 2004, tendo várias organizações que a compõem surgido um pouco antes ou posteriormente. Após a guerra civil houve uma explosão de organizações, em particular, as de defesa das mulheres, eventualmente como forma de apaziguar as consequências da guerra sobre inúmeras famílias, colocando assim as mulheres numa situação de maior precariedade.

Estas organizações de género e mulher intervêm em diversas áreas dentro do tema género e mulher. Não são muito especializadas, intervindo quase todas em áreas muito diversificadas. Aquela que se aproxima um pouco mais de uma organização especializada é a RENLUV, que apresenta um foco bastante acentuado na violência do género, mas não se limita a esta. Uma grande parte das organizações entrevistadas, sejam da juventude ou outras, trabalham com a formação e sensibilização sobre questões de igualdade de género, direitos das mulheres e meninas, liderança e empoderamento das mulheres com sub-áreas diversificadas. As organizações da juventude têm uma certa especificidade que, em certos casos, dedicam-se a temas relevantes para a faixa etária de seu grupo alvo tal como a educação sexual, a educação menstrual e noutros casos, temas de algum modo não frequentes em organizações mais antigas, tais como género e feminismo, eco-feminismo, diferenças entre sexualidade e identidade das sexualidades , transversalidade, cultura e religião.

Estes últimos temas são por exemplo temas do Centro de Estudos de Pesquisa Sobre Mulher e Género na Guiné-Bissau. De referir que esta organização assim como outras tipo FRENAGEL, Centro de Estudos de Género e Mulher são organizações dirigidas por uma faixa etária mais nova e com um nível académico mais elevado. Os membros das direções entrevistadas possuem todos, pelo menos, uma licenciatura. Este facto faz alguma diferença quer nos temas tratados quer nas metodologias de trabalhos. Por exemplo foi frequente ouvir nas entrevistadas, destas organizações, as responsáveis referirem-se às atitudes, ao comportamento dos próprios membros das organizações, do grupo-alvo, dos membros da administração pública em relação às mulheres e meninas. As abordagens deixam de ser basicamente teóricas para passar a exigências, no concreto, de determinada postura, atitude e forma de agir dos /as envolvidos/as nesta área de trabalho.

A Plataforma Política por exemplo, por ser uma Rede, sendo embora o seu foco a participação na vida pública e política, tem membros que intervêm em áreas bastante diversificadas, sendo assim obrigada a intervir em várias delas, segundo a explicação da sua Presidente. Também o facto de a participação da mulher na vida pública ser em si um conceito bastante lato, esta organização acaba por intervir em praticamente todas as áreas da vida das mulheres. As suas ações têm como foco a formação, a sensibilização e advocacia em diversas áreas de género, promoção e defesa dos direitos das mulheres, junto aos poderes públicos.

De forma que seja mais detalhado, o acima exposto, passamos a descrever a que se dedica, individualmente, cada organização:

MIGUILAN (Mindjeris di Guiné Lanta)

* Participação cívica
* Liderança feminina
* Reforço de capacidades na temática de género e mulher
* Sensibilização e educação cívica
* Lobby e Advocacia sobre género e direitos das mulheres

RENAGELF (Rede Nacional de Género e Liderança Feminina)

1. Empoderamento, saúde sexual reprodutiva, empoderamento económico das mulheres
2. Começou com clubes de meninas em todas as regiões do país excepto Tombali. Existem mais de 54 clubes

PPM (Plataforma Politica das Mulheres)

A PPM é uma rede constituída por várias organizações de mulheres que se dedicam a áreas bastante diversificadas dentro do tema mulher. As áreas são as seguintes

* Direitos humanos das mulheres,
* Violência do género,
* Educação,
* Saúde,
* Economia,
* Participação na vida pública
* Capacitação dos seus membros

RENLUV ( Rede Nacional de Combate Contra as Práticas Nefastas)

A RENLUV atua essencialmente na área dos direitos humanos com ênfase na violência do género. Tem como subtemas a cidadania, saúde com foco em doenças sexualmente transmissíveis e a prevenção e proteção contra violência do género.

CASA DOS DIREITOS

As áreas de intervenção da Casa dos direitos são essencialmente

* Direitos e Liberdades das mulheres
* Cidadania, género e cidadania
* Jornalismo no feminino
* Educação não formal para mulheres e meninas
* Liderança
* Advocacia sobre direitos das mulheres e meninas

Centro de Estudos e Pesquiza Mulher e Género na Guiné-Bissau

Este Centro de Estudos dedica-se a pesquisa e formações . Apresenta sete linhas de 7 linhas de pesquisa sobre os quais também faz formações dirigidas essencialmente às organizações da sociedade civil e instituições académicas. As linhas de pesquisa são as seguintes:

* Género e feminismo
* Políticas Públicas
* Eco feminismo
* Sexualidade e identidade das sexualidades
* Transversalidade
* Cultura e religião

FINJOR (Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas)

A FINJOR embora seja uma organização comunitária de bairro trabalhando assim em diversas áreas da vida da comunidade a que pertence (Bairro Militar) o foco da organização são os jovens em particular jovens meninas . Assim as suas áreas de intervenção são:

* Cidadania
* Educação das meninas
* Igualdade de género
* Saúde sexual reprodutiva
* Inserção económica

MELDA (Meninas Líderes em Defesa do Meio Ambiente)

A MELDA é uma organização cujo foco é o meio ambiente incluindo este tema em todas as áreas ou sub áreas em que intervêm. As áreas de sua intervenção são essencialmente as seguintes

* Alterações climáticas,
* educação ambiental
* Saúde,
* empreendedorismo,

MIKAT (Movimento Mindjer i ka Tambur )

Esta organização nasceu de um projeto de sensibilização contra a violência de género, tendo surgido no período da COVID. Terminado o projeto as jovens que faziam parte deste decidiram transforma-lo em uma organização. Trabalham especificamente com a violência do género em especial com:

* Prevenção e proteção contra violência do género
* Educação sobre violência (metodologia não formal)
* Saúde,
* Saúde reprodutiva
* Saúde pública
* Justiça para mulheres

1. **A igualdade de género e equidade na Guiné-Bissau**

**Acesso a Recursos**

Os acessos a recursos foram apontados como um dos grandes obstáculos ao progresso da igualdade entre homens e mulheres. Na Guiné-Bissau, a vigência de uma mentalidade patriarcal, impôs que à mulher fosse sempre reservado um lugar de cuidadora do lar e da família, restando-lhe pouco tempo para se dedicar a outras atividades. Os obstáculos originários de crenças culturais e religiosas presentes em todos os grupos sociais constituem um entrave ao avanço da participação plena das mulheres na sociedade, relegando-as assim para um plano inferior ao homem e de maior vulnerabilidade. As organizações entrevistadas têm um leque bastante amplo de áreas de intervenção. Resumidamente, as grandes áreas identificadas foram as seguintes: O empoderamento económico, a participação em esferas de decisão, a violência de género, entre outros subtemas.

Na Guiné-Bissau, sendo embora em grande parte as mulheres as geradoras de recursos financeiros de muitas famílias, são, no entanto, o grupo mais pobre e vulnerável[[6]](#footnote-6). Os rendimentos por elas gerados normalmente são destinados ao sustento da família e não ao investimento pessoal tal como na sua educação, saúde e aumento de renda para as suas necessidades pessoais. Esta situação de vulnerabilidade económica e restrições de cariz cultural acaba por condicionar toda a sua vida e a possibilidade de ascensão social em pé de igualdade com os homens. “Somente 16% do grupo inquirido tem conta bancária, o resto das mulheres participa de quotizações chamadas “abota”. A pequena poupança das mulheres é utilizada principalmente para pagar a escola das crianças, 14,5% das mulheres entrevistadas têm 4 crianças para alimentar, pagar a escola, comprar roupas, materiais didáticos, súde, etc”. [[7]](#footnote-7)

As organizações fazem formações em diversas áreas como a cidadania e o empoderamento que envolve inúmeros itens, a saúde, nomeadamente a saúde reprodutiva, saúde preventiva nomeadamente higiene e meio ambiente, a menstruação no caso de organizações de jovens e adolescentes, entre outras. Das entrevistas realizadas resultou o facto de que as várias organizações, muitas delas constituídas em rede, independentemente das áreas em que intervenham, também trabalham com a participação das mulheres e meninas em espaços de decisão.

**Participação da mulher em espaços de decisão**

A baixa representatividade das mulheres em espaços de decisão é um desafio que quase todas as organizações entrevistadas assumem como sendo fundamental para o seu trabalho. Mesmo que com perspetivas e grupos-alvos diferentes, de um modo geral faz parte de um dos temas de trabalho de quase todas elas. A participação em espaços de decisão é vista como uma forma de abrir caminho para que outras questões relacionadas com a vida das mulheres sejam valorizadas e lhes seja dado o valor merecido rumo à igualdade. Estando elas presentes nestes espaços, serão as próprias a informar sobre as suas necessidades e a decidir sobre as suas prioridades. A visão da maioria é de que quanto mais mulheres nestes espaços de decisão, sejam estes espaços políticos, económicos, sociais ou comunitários, mais atenção, seriedade e engajamento público haverá sobre os diversos assuntos que influenciam as suas vidas. A baixa representatividade das mulheres nestes espaços é vista pelas organizações como um problema sério e cuja consequência direta é o fraco avanço na melhoria das condições de vida das mulheres e na luta pela igualdade de direitos na Guiné-Bissau.

**Violência Baseada no Género**

A violência baseada no género é um tema que atualmente merece a atenção de muitas organizações na Guiné-Bissau . Não é por acaso que uma das maiores redes do país, a RENLUV, que reúne à volta de 57 membros, dedica-se à violência baseada no género. A maior parte das organizações de jovens entrevistadas, não se dedicando embora exclusivamente a esta área, trabalham quase todas na consciencialização e prevenção da violência baseada no género . A par da participação política das mulheres, a violência aparece como um dos temas que tem merecido uma grande atenção das organizações. Com o surgimento de organizações de jovens, novos subtemas, alguns considerados quase tabú, começam a ser trazidos à luz do dia como é o caso específico do assédio sexual nas escolas e locais de trabalho e outros temas como os maus-tratos das mulheres no sector da saúde enquanto pacientes, mais concretamente parturientes e o feminicídio.

1. **Principais problemas/desafios do setor**

Um dos problemas apontados, quase por unanimidade, pelas organizações é a fraca capacidade do Estado cumprir com a implementação das políticas públicas. O caso da política do sector concernente, que é a PNIEG 1 -2012, PNIEG 2 – 2018, a maior parte considera os resultados muito aquém do planeado. Reconhecem, todavia, que algum esforço foi feito tendo-se realizado na última década algumas ações de relevo. Destas ações, são apontadas a aprovação de algumas leis sobre a mulher, nomeadamente a lei contra a excisão, a violência doméstica, o tráfico de seres humanos e a lei de paridade. Com a aprovação destes diplomas outras medidas para a sua implementação impunham-se, mas o Estado tem-se mostrado inapto em cumprir tais tarefas.

Foram várias as razões apontadas pelas Organizações entrevistadas para que não se tenha verificado uma execução satisfatória das políticas públicas, entre as quais:

* A instabilidade política governativa constante;
* A fraca orçamentação para a implementação da política de género. O montante do orçamento do Estado alocado a esta área é insuficiente para a promoção e implementação da igualdade de género, quer internamente nas próprias instituições do Estado, quer a nível das comunidades. A verba constante do orçamento paga apenas os salários do pessoal afeto ao ministério da mulher e pouco mais;
* A ausência de apoio Institucional às organizações nacionais que provoca um grande entrave no desenvolvimento das atividades, nomeadamente a impossibilidade de atuar em diversas regiões do país, tal como seria ideal;
* O baixo nível de recursos humanos especializados nesta matéria nas instituições do Estado, quer no ministério da mulher quer em outros ministérios. Este é um assunto que preocupa as organizações. Sentem que nem sempre têm um melhor relacionamento com o Estado devido a alguma dificuldade de diálogo, muitas vezes, motivado por falta de competência na área:
* Falta de sensibilidade de género entre os líderes ou responsáveis das diversas instituições do Estado;
* Ausência da perspetiva de género nos Planos Sectoriais ou ausência de uma Agenda de Género sectoriais (saúde, educação, justiça, segurança, providência, habitação, água, etc...);
* Ausência de um mecanismo de seguimento de implementação do Plano Nacional de igualdade e equidade por parte da sociedade civil;
* Fraca capacidade económica das organizações da sociedade civil nacionais. A maior parte nem sequer dispõem de um fundo de reserva caso seja necessário fazer adiantamentos em caso de atividades financiadas por organizações estrangeiras. Na verdade, uma boa parte das organizações tem uma situação de precariedade financeira gritante;
* Baixo nível de escolaridade da maioria do grupo-alvo ou seus afins, o que dificulta muitas vezes a sensibilização;
* Obstáculos de carácter cultural no desenvolvimento dos trabalhos em diversas comunidades;
* A prevenção e a proteção da violência de género muito aquém do desejável. Não obstante haver algumas leis relevantes, os mecanismos para sua implementação são muito frágeis, praticamente inexistentes. Para além dos tribunais e da polícia que muitas vezes nem sequer estão ao alcance das mulheres, nada mais existe. Não existem centros de apoio, aconselhamento, apoio psicológico para as vítimas e muito menos centros de acolhimento em casos de ameaça grave. Grande parte das atividades desenvolvidas são esporádicas sem seguimento e acompanhamento e não são atividades que apontem para mudanças de fundo e de longo prazo, o que está relacionado com os tipos de financiamento atribuídos[[8]](#footnote-8)
* Meios de agricultura obsoletas que ocupa demasiado tempo às mulheres rurais não lhes deixando tempo e espaço para a participação em atividades associativas ou outras como a alfabetização, formações ou mesmo atividades lucrativas;

Por fim, uma das grandes dificuldades apresentadas é a ausência de um registo central estatístico sobre a situação da mulher na Guiné-Bissau.

1. **Como é que as OSC encaram os problemas e como é que se envolvem na sua resolução**

As organizações entrevistadas apresentaram um enorme rol de dificuldades que, uma vez ultrapassadas, com algum apoio do Estado, poderia melhorar consideravelmente a autonomia das mesmas e fazerem um trabalho mais coerente e contínuo. Das entrevistadas, nenhuma possui pessoal profissionalizado afeto à organização. Trabalham em regime de voluntariado, o que não permite uma situação estável e contínua das ações. Um subsídio do Governo poderia facilitar sobremaneira o suporte institucional de que as organizações carecem. Normalmente dependem de projetos, o que não lhes garante estabilidade focando-se apenas em atividades pontuais e que, muitas vezes, os leva a desviar-se do seu plano de ação. Inúmeras vezes são obrigadas a realizar atividades mais do interesse do financiador do que da própria organização porque o incentivo de que necessitam para manter os seus voluntários, muitas vezes, vem destas atividades não constantes ou coincidentes com as do seu plano de atividades. Assim, as prioridades próprias de cada organização ficam reféns da lógica de acesso a alguma forma de financiamento. Uma outra forma de contornar a escassez de recursos financeiros das organizações não governamentais, principalmente as Redes, é através da quota das organizações membros que, não sendo embora grandes montantes, vão servindo para apoiar no custo das rendas das respetivas Sedes ou escritórios.

Várias organizações afirmaram que, já que o Estado não consegue proporcionar um subsídio às OSC nacionais, seria uma grande ajuda se este cedesse alguns dos seus imóveis, vários deles em avançado estado de degradação, para o funcionamento das Sedes ou instalações das organizações não governamentais.

Algumas organizações informaram que algumas atividades pontuais de baixo custo são financiadas através da contribuição de alguns membros de boa vontade.

1. **Dificuldades enfrentadas pelas OSC**

As dificuldades são, em alguns casos, coincidentes com os problemas enfrentados e são os seguintes:

* A falta de continuidade das ações devido a dificuldades financeiras;
* Falta de fundos próprios para suportar os custos institucionais porque a maior parte das organizações parceiras não estão dispostas a assumir os custos institucionais;
* Carência de recursos humanos profissionalizados nas organizações por falta de recursos financeiros para proporcionar salários à altura destes profissionais;
* Dificuldade de implementar planos estratégicos próprios na sua totalidade devido ao facto de terem que recorrer a diversas fontes de financiamento e nem sempre os interesses das organizações financiadoras serem coincidentes com as das suas organizações;
* Dificuldade de diálogo com as entidades públicas, uma vez que há uma enorme carência de lideranças sensíveis ao género nas diversas áreas do sector público tais como educação, saúde, desporto cultura, ambiente, etc.
* A ausência de coordenação das ações é uma das dificuldades apresentadas por todas as organizações entrevistadas, sem exceção. Consideram importante haver um tipo de plataforma ou espaço de coordenação de modo a proporcionar mais diálogo, cooperação e coordenação das ações em favor da igualdade de género. É verdade que acontece uma espécie de coordenação no seio das Redes ou Plataformas, mas incipiente. Existem algumas redes grandes que reúnem entre 50 a 80 organizações, que é por exemplo o caso da Plataforma Política das Mulheres, RENLUV , a FRENAGELF entre outras, mas que mesmo assim consideram haver dificuldades de coordenação entre os seus membros. No entanto, o que parece acontecer é que estas Redes, inadvertidamente, acabam por substituir-se às organizações que as compõem, ofuscando de algum modo a presença destas no terreno.
* Os obstáculos culturais agravados pelo machismo conjuntural e estrutural torna por vezes algumas ações das organizações bastante complicadas em algumas regiões do país. São ainda várias as comunidades em que subsistem dificuldades em envolver as mulheres em atividades devido à recusa dos homens.

1. **Os pontos fortes e fracos destas organizações**

**Pontos fracos**

Os pontos fracos apresentados pelas organizações entrevistadas foram os seguintes:

* Falta de autonomia financeira
* Inexistência de um fundo de reserva para fazer face a despesas urgentes
* Falta de capacidade ou conhecimento de como gerar fundos próprios
* Fraca capacidade de mobilizar parcerias para financiamento
* Falta de pessoal profissionalizado

A RENLUV, enquanto rede cujo foco principal é a violência de género, apresenta como um dos pontos fracos da organização a impossibilidade de atender e satisfazer as demandas até à fase final dado que, nesta matéria, nem tudo depende da organização mas sim da capacidade do Estado em cumprir minimamente com a implementação das políticas públicas a favor das mulheres. Muitas vezes, quer as vítimas quer a organização, sentem-se impotentes perante a apatia dos tribunais em fazer justiça ou a impossibilidade de oferecer proteção às vítimas em situação de risco por não haver qualquer estrutura de proteção que as possa acolher temporariamente. Por exemplo, aponta uma medida muito simples que o Governo poderia implementar como é o caso das linhas telefónicas para assistência às vitimas de violência doméstica, mas que até ao momento não existe no país. A própria organização tentou, mas não conseguiram devido ao custo elevado que esta acarreta.

**Pontos Fortes**

As duas redes mais antigas entrevistadas apontam como um dos pontos fortes o fato de:

* Conseguirem congregar mais de 50 organizações da sociedade civil em rede incluindo mulheres dos partidos políticos e de diferentes grupos religiosos;
* Aceitação e reconhecimento pelas populações;
* Terem conseguido nos últimos anos a aprovação de leis relevantes para a promoção e defesa dos direitos das mulheres como por exemplo a lei de violência doméstica, excisão e lei da paridade[[9]](#footnote-9);

As restantes organizações (de jovens) apresentam como pontos fortes:

* Ser uma voz importante numa das subáreas em que atuam, que é o caso do assédio sexual nas escolas e locais de trabalho;
* Introdução da componente arte nos campos de férias;
* Introdução da questão ambiental no seu plano de trabalho;
* A forma em que se encontram organizadas através do Clube de Meninas que tem grande aceitação no seio do grupo-alvo;[[10]](#footnote-10)
* Boa capacidade de realização de sensibilização comunitária uma vez que algumas associações encontram-se implantadas em todo o país e outras em diversas regiões

A RENLUV e a FINJOR[[11]](#footnote-11) foram as únicas organizações entrevistadas que dispõem de um staff fixo de voluntários tendo apontado este facto como um dos seus pontos fortes e essenciais para manter o nível de atividades e atender às demandas. A RENLUV afirma que considerando as características de suas ações é fundamental ter um escritório devidamente identificado e aberto para atendimentos que sejam necessários a qualquer hora do expediente. Neste momento contam com muita confiança da população que os procuram cada vez com mais assiduidade.

Várias organizações entrevistadas em especial, as que já existem há mais de 5 anos, apresentaram igualmente como um dos pontos fortes a sua capacidade de mobilização comunitária ao nível do país pese embora o facto de a maioria delas trabalhar apenas com pontos focais nas Regiões, Sectores e tabancas.

1. **O(s) documento(s) estratégico(s) a partir do(s) qual/quais são orientadas as atividades das OSC**

Na sua maioria, as organizações possuem um documento estratégico designado Plano Estratégico cuja validade varia entre 4 e 5 anos. Com base no Plano Estratégico elaboram um Plano Anual de Atividades. As organizações mais jovens, como por exemplo o Centro de Género e Mulher possuem um Plano Estratégico, mas elaboram apenas relatórios por atividade e não periódicos por enquanto. Na sua maioria as organizações entrevistadas funcionam nesta lógica. As que possuem planos anuais nem sempre é possível seguirem à risca os planos devido às oportunidades de financiamento que nem sempre são coincidentes com os planos próprios.

1. **Os resultados conseguidos pelas organizações em trabalhar especificamente nesta área nos últimos 10 anos?**

As organizações apresentaram os seguintes resultados :

* O facto de terem conseguido, de certa forma, repor o tema mulher na agenda política Nacional. Segundo estas organizações, a agenda da mulher era insignificante ou mesmo inexistente. O Ministério da Mulher tinha desaparecido não fazendo parte dos vários governos do pós conflito. A reposição deste Ministério na estrutura governamental foi resultado de um intenso trabalho de lobby e advocacia por parte das organizações de mulheres. Finalmente foi reposto na orgânica governamental em 2006[[12]](#footnote-12).
* Introdução da política pública da igualdade entre as políticas públicas do Governo (a partir de 2012)
* Múltiplas leis de proteção e promoção das mulheres foram aprovadas (Lei da excisão, lei contra a violência, lei do tráfico, lei da paridade).
* Surgimento de mais organizações e iniciativas a favor da agenda da igualdade.
* Maior consciência da igualdade e seus benefícios no seio das mulheres e homens.
* Maior consciência sobre a igualdade de género no seio da juventude, tendo como resultado o surgimento de mais organizações de jovens, em especial da juventude feminina.
* Novos temas ou variantes trazidas à luz do dia como é o caso do assédio sexual nas escolas e locais de trabalho; os maus tratos nos hospitais em situação de parto e o femicídio

1. **Quem são os principais parceiros de financiamento e de implementação?**

Todas as organizações entrevistadas têm como principais parceiros de desenvolvimento as várias agências das Nações Unidas, a União Europeia, a Cooperação Portuguesa através do Instituto Camões, I.P., a Embaixada dos Estados Unidos, o Banco Mundial, a Plan-International[[13]](#footnote-13), a ICO-Holandes[[14]](#footnote-14) e outras organizações estrangeiras que trabalham na ou com a Guiné-Bissau.

Nenhuma das organizações entrevistadas teve qualquer financiamento por parte do Estado, apenas participação e colaboração em atividades pontuais

1. **Papel do governo ou doutra entidade qualquer na implementação das atividades na área em que intervêm?**

Algumas organizações mencionaram que muitas atividades têm sido realizadas em colaboração com o Ministério da Mulher. Afirmaram que tem havido bastante abertura por parte desta instituição, sendo que, em diversas atividades organizadas pelo Ministério da Mulher, tem sido reservado espaço para a participação das organizações da sociedade civil. As organizações que se ocupam das questões relacionadas com a violência de género afirmaram que, em situações mais graves de atendimento e encaminhamento das vítimas, fazem normalmente este trabalho em colaboração com o Ministério da Mulher, cujos assistentes sociais intervêm em casos desta natureza. Por outro lado, as organizações mencionaram o apoio que a organização internacional presente no país, através do acordo de cooperação com o Estado da Guiné-Bissau, tem prestado às suas organizações. Estes apoios não se limitam à concessão de recursos financeiros, mas também no reforço de capacidades e vários apoios técnicos de que as organizações carecem. Tem havido parcerias em inúmeras atividades com organizações não governamentais estrangeiras ou Nações Unidas e outras independentemente da relação financiador-beneficiário, mas apenas com base na visão e missão das várias organizações ou instituições.

1. **Perspetivas futuras das Organizações de Sociedade Civil**

* O reconhecimento da importância do seu trabalho como parte do desenvolvimento do país por parte do Estado. Por via disso, esperam vir a ter direito a um subsídio anual ou outro tipo de apoio do Estado de forma a terem maior estabilidade institucional;
* Estabilidade política do país para que haja continuidade nas ações da administração do Estado e das organizações não governamentais;
* Avanço na igualdade de género, nomeadamente conseguir nos próximos 5 a 10 anos reduzir as práticas nefastas que afetam a vida das mulheres e meninas e elevar o número de mulheres, da base ao topo, em vários sectores da vida social, económica e política do país;
* Focar nas desigualdades e apostar nas novas gerações;
* Elevar, a um nível médio, a competência da administração do Estado sobre questões de género de modo a ter uma administração pública mais sensível a este assunto e com maior capacidade de diálogo e de intervenção na área;
* Que haja um mecanismo estabelecido de seguimento da implementação de políticas públicas pelas organizações da sociedade civil;
* Que haja um observatório da condição feminina devidamente organizado;
* Redução dos obstáculos culturais e familiares que impedem a participação de jovens raparigas quer em atividades associativas quer de estudar ou outras atividades para o seu desenvolvimento enquanto cidadãs de pleno direito;
* Que dentro de alguns anos haja um investimento massivo na situação económica das mulheres através de linhas de créditos destinadas a melhorar a sua renda, permitindo-lhe dedicar-se a mais tarefas fora de casa;
* Aprovação ou atualização de diversas leis que reforçam e protegem os direitos das mulheres como por exemplo a lei da família, a lei penal, entre outros;
* Elevar o nível de educação das raparigas e mulheres em todo o país;
* Que a alfabetização de mulheres adultas seja um projeto a ser implementado em todo o país;
* Ter gabinetes jurídicos para atendimento dos casos de violência ou que o Estado crie tais gabinetes.

1. **Conclusões**

A ausência de uma base de dados a nível nacional devidamente organizada e confiável sobre a situação das mulheres na Guiné-Bissau é um sério entrave ao trabalho das organizações e no desenvolvimento e progresso da igualdade de género no país. Este défice é ao mesmo tempo um entrave a uma boa coordenação entre as organizações e/ou instituições que trabalham nesta área.

As organizações, de um modo geral, não dispõem de projetos para o autofinanciamento. Vivem de financiamentos de organizações não governamentais estrangeiras tais como Nações Unidas, União Europeia, algumas organizações não governamentais europeias presentes no país e algumas embaixadas. Nenhuma das organizações entrevistadas possui autonomia financeira.

No caso da violência baseada no género sente-se de forma acentuada as consequências da ausência de uma coordenação efetiva para recolha de dados e projetos de grande alcance, como por exemplo a criação de um sistema efetivo de apoio às vítimas de violência. Não existe até hoje, a nível nacional, nenhum mecanismo de apoio às vítimas no país, o que muitas vezes as deixa numa situação de grande risco.

As organizações de um modo geral não são especializadas. Intervêm em diversas áreas e muitas vezes dependendo dos financiamentos disponíveis.

Existe uma nova geração de organizações de jovens raparigas cujas lideranças são constituídas por mulheres bastante jovens com um nível académico mais elevado do que tradicionalmente se verificava. Praticamente todas as líderes destas organizações têm uma licenciatura e algumas mestrado ou então são estudantes universitárias.[[15]](#footnote-15)

A consciência das desigualdades é bastante notória nesta nova geração que não só trabalha o tema numa perspetiva teórica de formação e consciencialização como na observação e exigências de adoção de determinadas atitudes quer em relação ao seu staff, aos seus membros, grupo alvos e mesmo a elementos das instituições públicas.

1. **Recomendações**

* Elevar o nível de implementação das políticas públicas e criar mecanismo de seguimento em que as Organizações da Sociedade Civil possam participar ativamente.
* Criar políticas sectoriais de género.
* Criação de uma base de dados nacional (INE) sobre a situação da mulher guineense.
* Que a verba do orçamento do Estado destinada a Género e Igualdade seja considerada uma das prioridades do governo.
* Elevar a competência das mulheres não só através do ensino normal mas através de programas de alfabetização de mulheres em todo o país.
* Financiamento de atividades geradoras de rendimentos para mulheres em grande escala através de linhas de créditos pacíficas sem grandes juros e sem muitas burocracias.
* Maior atenção às mulheres que trabalham no mercado informal.
* Que o Estado crie um fundo de solidariedade para mulheres vulneráveis.
* Que o Estado crie mecanismos que facilitem o acesso e o percurso das mulheres no seio dos partidos políticos.
* Que o Estado crie estruturas, procedimentos adequados e forme pessoal com competência para que haja real implementação das leis de proteção das mulheres (tribunais, centros de apoio às mulheres em risco, centros de aconselhamento e apoio psicológico, entre outras…)
* Que a disciplina dos Direitos Humanos e educação para a cidadania seja introduzida no curriculum escolar no qual o tema da igualdade de género seja parte.
* Já que o Estado não consegue garantir um subsídio para as ONGS, que garanta pelo menos um espaço de funcionamento para as mesmas (Sedes ou Escritórios).
* Que o Estado inclua no orçamento um subsídio para organizações não governamentais que trabalham com a questão da igualdade e não discriminação.

**Lista de documentação recolhida**

Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género II (PNIEG II), Validação 06/03/2017

Política Nacional sobre Implementação da Resolução 1325 das NU-2012

Relatório Nacional para o Comité da Igualdade das Nações Unidas

Relatório de Beijing-20/25 para as Nações Unidas – ONU-Mulheres, Helena Neves e Ucaim

Relatório sobre a Lei de Paridade e propostas de revisão elaborado pela Associação Guineense de Mulheres Juristas

Relatório da AGMJ sobre a introdução da perspetiva de género da revisão constitucional

Relatório do Estudo Integração da Perspetiva de Género na Legislação Guineense, INEP, Birguitta Embaló

Manual de Capacitação das Mulheres em Matéria de Participação Política com base no Género Miguel, Barros e Odete Costa Semedo (Orgs.) UNIOGBIS – Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau (2012)

A participação das mulheres na política e na tomada de decisão na Guiné-Bissau, Published on Mar 26, 2014

Associativismo Juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné – Bissau/Miguel de Barros, 2014 (??)

Manual Jurídico de Formação para Profissionais sobre a Lei contra a Mutilação Genital

Feminina/Excisão na Guiné-Bissau (BM,CICJUC-Helder Pires e Sara Guerreiro)

Estudo sobre a Situação das Mulheres -Caderno 11 da Casa dos Direitos

Estudo sobre tipologias de violência de género na Guiné-Bissau

Estudo Fala di Mindjer, 2018, VOZ di PAZ

Agenda Comum da SC para a Paz e o Desenvolvimento – XXXX

Relatório 2º Fórum das Mulheres – 2019

Relatório 1º Fórum das Mulheres – 2018

Promoção da Participação e Liderança F na Perspetiva da Consolidação da Paz, Voz di Paz, Interpace-GB, Peace building Found-UN, New York

Um retrato da violência contra mulheres na Guiné-Bissau, Sílvia Roque Fodé Mane (INEP) Toneca Silá (RENLUV-GC/GB) Adulai Djau (RENLUV-GC/GB) Luís Peti (Assistente)

Relatório tipos de violência doméstica- Max Factor – Silvia Roque

Declaração de Canchungo (sobre as mulheres) – 2013

O Direito Humano de Participar nos Assuntos Políticos e Públicos na Guiné-Bissau, 2019, UNIOGBIS

Resolução NU 1325 (2000), Março 2010, Mulheres, Paz e Segurança

Nô Obi Mindjer Ku Minino – Políticas de Justiça na Tabanca: Um olhar sobre os mecanismos tradicionais de resolução de conflitos nas regiões de Gabu, Oio e Tombali, Voz di Paz e Interpeace, Novembro de 2019

Relatório do encontro **Espaço Aberto-Mulheres em Ação**, Papel da Mulher no Processo Democrático e na Construção da Paz, Março de 2023

Código Civil, Familia

Código Penal Guineense

Lei contra Violencia Domestica, Promulgada 29/01/2013

Lei MGF, BO, 06/07/2011

Lei de Paridade, 2018

Lei criação CAJ (Centros de Acesso a Justiça)

**Anexos – Entrevistas[[16]](#footnote-16)**

## **MIGUILAN – Mindjeris di Guiné Lanta**

Entrevista realizada com a coordenadora Isabel Almeida e Nelvina Barreto

A organização existe há 8 anos, desde 2015 e intervêm em todo o território nacional

**Áreas específicas de intervenção**: Participação cívica, sensibilização e educação, liderança e participação feminina, reforço de capacidades nestas temáticas

**Principais problemas**:

Recursos humanos não profissionalizados sendo que todo o trabalho é realizado na base do voluntariado,

Recursos financeiros escassos

Falta de coordenação entre as organizações da sociedade civil o que leva muitas vezes a repetição de atividades, Insuficiência de ferramentas de formação para advocacia e sensibilização

Instabilidade política do país . Muitos recomeços, paragens, retomas de atividades não oferece estabilidade aos trabalhos desenvolvidos

**Pontos fortes e fracos**

**Pontos fortes :**

Fazer atividades com recursos baixos graças ao voluntariado,

Versatilidade na identificação e utilização dos recursos humanos,

Flexibilidade da organização porque não dispõe de estruturas rígidas

Experiência dos membros

**Pontos fracos:**

Necessidade de maior solidez institucional

Precisa de uma visão estratégica mais clara e assertiva. Necessita uma mreorientação

**Que resultados atingiram até hoje?**

Tomada de consciência das mulheres sobre as desigualdades sendo que cada ano trabalham com mais e mais grupos de mulheres com representatividade nacional

Reforço de capacidade de liderança das mulheres quer em grupos quer individualmente

Meninas ….?

Influência nas políticas públicas , monitorização da situação das mulheres

Estudos sobre mulheres

Um observatório da situação das mulheres em preparação

**Que parceiros ? Subsídios ou Apoios do Governo ?**

Nunca tiveram qualquer apoio ou subsidio do Governo nem de nenhuma instituição do Estado

Outros parceiros: NU, PNUD, EU, Instituto Camões

**Desafios :**

Fraca coordenação entre as organizações da sociedade civil em especial as que trabalham nesta área. Há que melhorar

Maior apropriação pelo Governo dos assuntos ligados à igualdade e equidade . A ONg não devem ser substitutos do Governo mas sim parceiras

Mobilização de recursos para que haja ações contínuas

Agenda comum optimizando assim os recursos e ter uma sinergia mais eficaz entre as organizações

**Perspetivas futuras ?**

Focar nas desigualdades

Lideranças das novas gerações

Maior participação das organizações no seguimento das políticas do Governo

Apostar mais na advocacia e monitoramento das políticas públicas

Um observatório da condição feminina

Mais recursos públicos devem ser alocados a estes objectivos

**Recomendações**

Elevar a competência das mulheres começando pela literacia (círculos de alfabetização)

Financiamento de atividades geradoras de rendimentos para as mulheres através de linhas de créditos sem grandes juros nem burocracias

Facilitar o acesso e o percurso das mulheres nos partidos políticos

Ter um mecanismo de monitorar o ponto de situação das políticas públicas , Convenções e directivas e reorientar a ação quando necessária, numa perspetiva mais contínua (????)

## **RENAGELF – Rede Nacional de Jovens Mulheres Líderes da Guiné-Bissau**

Entrevista com Nhana Carla Seidi, Responsável de Programas da Renagelf

A Renagelf pertence a uma organização regional da África Ocidental

Existem desde 2014 tendo sido legalizado em 2019

**Áreas de Intervenção:**

1. Empoderamento, saúde sexual reprodutiva, empoderamento económico das mulheres
2. Começou com clubes de meninas em todas as regiões do país excepto Tombali. Existem mais de 54 clubes

**Problemas:**

1. Financimento para as actividades
2. Conseguir mobilizar os adolescentes para as atividades é um dos grandes problemas. Normalmente o tempo é escasso porque vão à escola, ajudam os pais e estes muitas vezes são muito céticos em permitir a participação das filhas nestas atividades.

**Pontos fortes:**

1. O Clube das Meninas é um ponto forte da organização porque estão espalhados por todo o país e assim chegam a muitas comunidades
2. A Direção da RENAGEL é composta por jovens com um elevado nível académico e alguma experiência de trabalho

**Pontos fracos**

1. Dificuldades devido a falta de apoio institucional
2. Alguma fragilidade na mobilização dos adolescentes devido ao receio dos pais

**Resultados:**

1. Afirmação da organização que se tornou uma voz importante na área da juventude
2. Ter trazido ao público temas que ainda não tinham visibilidade tal como o assédio sexual e higiene menstrual sendo que já conseguiram uma proposta de lei sobre o assédio sexual que se encontra no parlamento a aguardar aprovação
3. Grande número de jovens engajados na organização
4. Introdução da arte nas suas atividades
5. Introdução de um novo projeto para meninas estrangeiras residentes na Guiné-Bissau

**Parceiros financiadores:**

1. Plan -International, PNUD, FNUAP, Embaixada dos EUA e apoio técnico por parte destas organizações.
2. Nunca tiveram qualquer apoio do Estado

**Desafios:**

1. Melhorar a questão do atendimento e apoio às vítimas nos casos de violência do género. Na maior parte das vezes as expetativas das vitimas são frustradas devido à inoperância do sistema judicial;
2. Atendimento mais especializado nos hospitais
3. Delegacias de polícias mais preparados para atendimento de violência de género

**Futuro**

1. Chegar a mais meninas nas várias regiões do país
2. Esperam que haja nas escolas em geral a disciplina de educação para a cidadania
3. Liderar a Rede sub-regional (África Ocidental)

**Recomendações**

1. Que o Estado garanta a exequibilidade das leis e garanta justiça às mulheres e meninas
2. Que o Estado garanta a educação dos direitos humanos ou cidadania nas escolas
3. Que o Estado crie meios de apoiar as mulheres do mercado informal

## **PPM-Plataforma Política das Mulheres**

Entrevista realizada com a Presidente da Plataforma Silvina

Esta Plataforma foi criada em 2008 com o apoio técnico e financeiro das Nações Unidas . É constituída por organizações de mulheres que se dedicam a diversas áreas dentro do tema mulher tais como direitos humanos, violência do género, educação, saúde, economia, participação política entre outras . Esta plataforma engloba ainda várias associações da juventude, associações de mulheres de diversas congregações religiosas tais como católicas, muçulmanas e ainda mulheres sindicalistas.

Funcionam em todas as regiões do país com pontos focais

**Os principais problemas que enfrentam:**

1. Não têm apoio institucional o que dificulta muito o funcionamento da organização: renda da Sede, salários, despesas de escritório, deslocações, etc.
2. Do Plano Estratégico de 4 anos vão extraindo as atividades possíveis, isto é, em função da pertinência do assunto ou em função do financiamento disponível e muitas vezes em função do plano de atividades do financiador.
3. Não terem Sede própria e as dificuldades no pagamento das rendas. Estas são pagas com a quota dos membros da direção
4. Sensibilizar e organizar as mulheres em determinadas zonas devido a fortes obstáculos dos homens

**Pontos fortes**

1. A própria existência da Plataforma que reúne mais de 60 organizações da sociedade civil incluindo partidos políticos e congregações religiosas
2. Aceitação da Plataforma pela Associação
3. Leis que foram aprovadas a favor das mulheres entre os anos 2011 e 2018

**Pontos fracos**

1. Fraca capacidade de mobilização de recursos financeiros
2. Não ser uma organização profissionalizada por falta de meios financeiros
3. Não possuir sequer um fundo de reserva para as atividades

**Resultados**

1. Terem conseguido, após a guerra civil de 1998, reerguer o Ministério da Mulher que havia desaparecido durante alguns anos do pós guerra civil. O retorno do MM ao elenco governamental foi resultado de intensas reivindicações da sociedade civil em particular das organizações das mulheres.
2. Ter tido um papel fundamental na adesão das mulheres aos partidos políticos incluindo jovens meninas
3. Adesão de várias organizações de mulheres, jovens e redes à Plataforma nomeadamente RENLUV, RENAGELF e CNJ
4. Aprovação de diversas leis de promoção e proteção das mulheres: lei da excisão, lei da violência doméstica e lei da paridade

**Apoios dos parceiros ?**

Nunca tiveram nenhum apoio financeiro do Estado, apenas colaboração em diversas atividades;

Apoio financeiro : SWISSAID, Fundo Canadiano em Dakar, Fundo das Nações Unidas nomeadamente FNUAP,PNUD,ONU\_MULHER, ONIOGBIS

**Desafios**

1. Superar as dificuldades financeiras de modo a suportar as despesas institucionais
2. Ter maior capacidade de fazer angariação de fundos
3. Maior estabilidade económica e financeira da organização

**Perspetivas futuras**

1. Maior diversificação de parceiros
2. Melhor funcionamento da administração
3. Profissionalização da organização

**Recomendações**

1. Que o Governo comece a apoiar financeiramente as organizações da sociedade civil ou pelo menos lhes conceda uma Sede para funcionar
2. Que o Estado convença as organizações internacionais ou bilaterais a conceder algum apoio institucional às organizações da sociedade civil

## **RENLUV – Rede Nacional de Luta Contra Violência**

Entrevista realizada com a presidente da Rede Sra. Aissatu InJai

A RENLUV foi criada em 2004 e atua em todas as regiões do país com pontos focais tendo escritórios também em Ingoré e Bigene através de um projeto com o Banco Mundial.

É composta por 52 organizações da sociedade civil

**Áreas de Intervenção**

A organização atua na área dos direitos humanos com ênfase na violência do género. Tem como subtemas a cidadania, saúde com foco em doenças sexualmente transmissíveis, proteção contra violência do género.

**Principais problemas**

Fraca implementação do plano Estratégico por parte do Governo sendo que afeta muito a execução dos trabalhos da rede. No que se refere por exemplo à proteção das vitimas existem grandes dificuldades quer pela morosidade dos órgãos judiciais, quer pela impreparação dos agentes da justiça. Outros obstáculos ainda se colocam como por exemplo o caso das vítimas em risco de vida. Não existe nenhum sistema de proteção tais como linhas telefónicas de alerta ou centros de proteção onde se possam refugiar temporariamente.

Falta de apoio institucional fazendo com que trabalhem em regime de voluntariado, vivam de projetos e a contribuição de alguns membros.

Dificuldades de deslocação durante muito tempo. De momento dispõem de um carro devido a um projeto com o Banco Mundial em execução

**Apoios e parcerias**

Tiveram apoio da ICO-Holandês por bastante tempo e que foi um bom parceiro, Agências das Nações Unidas tais como o PNUD, ONU-Mulheres, UNICEF, UNFPA . Com esta última organização trabalharam muito sobre os processos eleitorais e colaboração com a Plataforma política das Mulheres. Tiveram ainda apoio de algumas embaixadas e do Banco mundial

**Pontos fortes**

Ter um staff permanente no escritório ou Sede da RENLUV em Bissau que vai sendo remunerado através de diversos projetos que vão executando com os parceiros

Reconhecimento por parte da população que os reconhece como uma organização à qual podem recorrer para solicitar ajuda principalmente em situações de violência de género

Este reconhecimento permite-lhes outra vantagem consideram ser um ponto forte: a grande capacidade de mobilização comunitária a nível de todo o país

O Estudo realizado as tipologias de violência na Guiné Bissau sendo um instrumento muito útil no desenvolvimento do seu trabalho e de todos os interessados

**Pontos fracos**

Falta de apoio institucional para maior segurança dos voluntários permanentes

**Resultados**

A adoção de algumas leis de defesa e proteção das mulheres e meninas leis nomeadamente a lei contra a excisão, a lei contra a violência doméstica, a lei contra o tráfico de pessoas

Transformar alguns temas anteriormente tabus em temas abordáveis em diversas comunidades

Redução de algumas práticas nefastas no seio de algumas comunidades. Hoje têm mesmo ativistas na organização que eram antigas fanatecas[[17]](#footnote-17)

Ter no seio da organização algumas voluntárias que anteriormente eram autoras de algumas destas práticas, tal como a excisão feminina, por exemplo.

Terem conseguido realizar já duas conferências internacionais sobre a violência de género

Nos últimos tempos, devido à pressão das organizações de mulheres, conseguiram dos tribunais a condenação de dois femicidas

**Perspetivas de Futuro**

Ter uma Sede própria da organização

Ter um centro para acolhimento para mulheres e meninas vítimas em risco

Ter um serviço ou centro de apoio jurídico e psicológico para vítimas de violência

Ter uma linha telefónica própria ou através do Estado para mulheres em situação de emergência ou risco de vida

**Recomendações**

Que o Governo eleve consideravelmente a verba destinada às questões de Género no Orçamento do Estado

Que o Governo assuma a responsabilidade de um centro para acolhimento de mulheres em situação de violência

Que o Governo eleve o nível de implementação do PNIEG[[18]](#footnote-18)

## **CASA DOS DIREITOS**

Entrevista realizada com Adama Baldé coordenadora de 2 projetos da Casa dos Direitos: o projeto Direitos e Liberdades das mulheres Jornalistas e o projeto Direitos Humanos das Mulheres.

**Dificuldades**

1. A recorrente instabilidade política do país que afeta enormemente o desenvolvimento dos trabalhos e consequentemente de todo o ambiente social
2. Obstáculos culturais , o machismo estrutural , a resistência das comunidades em aceder ás atividades propostas pelas organizações, não acreditar no potencial feminino.
3. A existência de pessoas em alguns lugares chaves para o desenvolvimento do trabalho nesta área, mas que na verdade não são militantes da causa. Estão simplesmente pelo salário ou subsídios ou outras vantagens,
4. Dificuldade de carater financeiro em algumas situações
5. Falta de consciência coletiva da importância da participação da mulher no desenvolvimento

**Apoios e Parceria**

Nunca tiveram qualquer apoio do Estado.

Os projetos têm o apoio da ACEP – através do instituto Camões.

**Resultados**

Consideram que as jovens beneficiárias dos projetos conseguiram apoderar-se das ferramentas de formação que lhes foi ministrada durante o tempo do projeto

Sensibilizado para o tema um número considerável de homens que têm participado dos projetos

**Perspetivas de Futuro**

Contam com uma execução mais eficaz das políticas públicas por parte do Governo

Que as organizações da sociedade civil participem ativamente na monitorização da execução das políticas públicas

Que venha a haver um orçamento sensível ao género

**Desafios**

1. Diversificar os parceiros de desenvolvimento. Encontrar outros parceiros

**Resultados**

**Recomendações**

1. Que haja uma agenda política séria para as mulheres
2. Introdução da perspetiva de género no curriculum escolar
3. Que o Estado assuma as subvenções ou subsídios para as organizações da sociedade civil
4. Que haja um programa de reconstrução de normativas sociais
5. Que haja um fundo de solidariedade para mulheres em situação de vulnerabilidade para as apoiar em iniciativas económicas

## **Centro de Estudos e Pesquisa sobre Mulher e Género na Guiné Bissau**

Entrevista realizada com a coordenadora do Centro Naentrem Oliveira Sanca

Existem a 3 anos mas a inauguração do Centro foi realizada a 2 anos

O que as levou a criar o centro foi a descoberta de que, apesar de muitas organizações a trabalharem nesta área, existe uma escassez gritante de material de estudo e informação sobre o assunto .

**Área de Intervenção**

7 linhas de pesquisa

Género e feminismo

Políticas Públicas

Eco feminismo

Sexualidade e identidade das sexualidades

Transversalidade

Cultura e religião

**Problemas/Dificuldades**

Não dispõem ainda de um espaço para funcionar e outros recursos para funcionar como pretendem

Trabalham de forma totalmente voluntária e sem qualquer tipo de remuneração ou apoio

Falta de dados sobre a situação das mulheres na Guiné-Bissau o que dificulta imenso o avanço do trabalho da organização que tem como um dos focos essenciais a pesquisa.

**Desafios** para os próximos 4 anos

Apesar das dificuldade e de ser uma organização nova já desenvolveram várias atividades de formação e por isso o desafio para os próximos 4 anos será :

Aumentar o número de pessoas com um conhecimento mais aprofundado na área

Tentar atingir o maior numero de mulheres com intervenções no interior do país porque até este momento as suas atividades foram realizadas apenas em Bissau

Conseguir um espaço para criar uma biblioteca que será chamada de Lendo Mulheres. Uma biblioteca especializada em matéria de mulher e género

**Apoios e Parcerias**

Não tiveram nenhum apoio do Estado até este momento .

Têm neste momento apoio financeiro de uma organização espanhola de nome BOSQUE, apoio de instituições brasileiras para ajudar a organização na captação de recursos e apoios de espaços para realização de atividades tais como o CCF, a Embaixada do Brasil e do Espaço American CORN.

**Resultados**

Têm feito diversas formações apesar de ser ainda uma organização muito recente e pensam ter contribuído para transformação de muitos jovens meninas e rapazes porque as respostas às formações têm sido muito positivas.

**Recomendações**

1. Introdução do género no curriculum escolar
2. Criação de um fundo específico para as mulheres para concessão de créditos para diversas atividades nesta área,
3. Um programa de alfabetização a nível nacional para mulheres adultas
4. Melhorar a saúde e o bem estar da mulher dentro do sistema de saúde
5. Criação e aprovação de mais leis de promoção e proteção dos direitos das mulheres
6. Elevatr o nível de execução das leis no país
7. Que haja maior investimento do Estado na especialização de pessoas que trabalham nesta área

## **FINJOR – Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas**

As pessoas entrevistadas foram a Presidente do Fórum Muscuta Fati e o Secretário Geral Malam Sanhá.

A organização tem 10 anos de existência. Foi criada em 30 de Janeiro de 2014 e trabalham com o desenvolvimento comunitário do Bairro Militar e também com as regiões de Bafatá e Gabú onde dispõem de estruturas ou seja escritórios locais onde dispõem de um representante e um adjunto.

**Áreas de Intervenção**:

1. Cidadania
2. Educação das meninas
3. Igualdade de género
4. Saúde sexual reprodutiva
5. Inserção económica

**Apoios e Parcerias**

Têm tido diversas parcerias nomeadamente a Plan International, Ianda Guiné, Embaixada do Canadá em Dakar, PNUD,ONU-Mulher durante 1 anos através do PBC. Têm desenvolvido diversas atividades em parceria com organizações nacionais nomeadamente AJPD, RENAJ, RENLUV que é uma reda da qual fazem parte. Têm trabalhado sobre abuso e exploração sexual em Gabú para alunos e professores em parceria com outras organizações nacionais.

Não receberam fundos do Estado mas em diversas ocasiões têm interagido ou colaborado em atividades conjuntas

Atividade de financiamento

Esta foi a única das organizações entrevistadas que desenvolve uma atividade que gera rendimentos e com a qual financiam algumas atividades da organização. A Associação tem mesas e cadeiras de plástico que alugam para diversos eventos.

**Problemas/Dificuldades**

1. Fraco apoio financeiro
2. Fiscalização das estruturas locais
3. Falta de apoio institucional dificulta as atividades na regiões porque Bissau tem que subvencionar todas as suas atividades
4. Falta de apoio do Estado . Solicitaram várias vezes a intervenção do Instituto da Mulher e Criança, do Ministério da família, Instituto da Juventude mas nunca conseguiram. Na verdade, o Instituto da Juventude é praticamente nado morto. Foi criado masnão funciona ou nunca funcionou

**Perspetivas de futuro**

1. Que a organização sobrevida e se desenvolva mais
2. Esperam poder ampliar o seu plano de ação
3. Mais engajamento das entidades do Estado no apoio à atividades com as comunidades com que a Associação trabalha
4. Que haja apoio financeiro do Estado às organizações da sociedade civil

**Resultados**

1. A organização ter conseguido a mobilização de muitas meninas para a organização
2. A organização conseguiu mudar a vida de muitas meninas nos bairros em que trabalharam que a nível da vida sexual e reprodutiva quer em outras áreas de suas vidas
3. Ter Sede e escritórios nas duas regiões em que trabalham é um bom resultado
4. Ter finalmente alguma organização administrativa nomeadamente um manual de procedimentos administrativo, um sistema de contabilístico
5. Ter um Plano estratégico
6. Aumento e diversificação de parceiros
7. Centro de saúde do bairro dispõe de melhores técnicos graças a intervenção da Associação que tem oferecido a essa instituição diversas formações
8. Expansão da organização para as regiões
9. Programa semanal de rádio

**Recomendações**

1. Que o Estado dê apoio financeiro, material ou técnico às organizações da sociedade civil
2. Que o Estado dinamize o Centro de Emprego de modo a apoiar os jovens a conseguir o primeiro emprego
3. Que o Instituto da Juventude dinamize as suas estruturas e organize os dados sobre a situação social e económica da juventude nomeadamente o número de empregados, desempregados, estagiários, etc,
4. Que o Estado proporcione um centro de acolhimento às vitimas de violência de género

**MELDA – Meninas Líderes em defesa do Meio Ambiente**

A entrevista foi feita com a coordenadora da organização - Saudia Pina Mango

Esta organização é bastante nova no entanto antes de se tornar uma organização foi um programa de liderança organizado pelo ENA com apoio financeiro e técnico do PNUD. Em Fevereiro de 2023 foi oficializada a organização MELDA.

Os recursos humanos, em particular os órgão regentes da organização, até este momento, são licenciados e algumas têm o nível de mestrado em diversas áreas.

**Áreas de intervenção**

Alterações climáticas, Saúde, empreendedorismo, educação ambiental

**Problemas/Dificuldades**

1. O facto de ser uma organização ainda recente
2. As realizações da organização até este momento foram todas realizadas com a contribuição dos membros da mesma. Uma boa parte são jovens que já trabalham e assim conseguem dar pequenas contribuições
3. Necessitam mais experiência para angariação de fundos
4. Alguma discriminação etária. Por serem bastante jovens por vezes sentem-se questionados quando se apresentam em algumas instituições para dar formação ou falar de algum assunto
5. Disponibilidade dos membro é um problema. A maior parte trabalha e como o trabalho da organização, por enquanto, é totalmente voluntaria torna-se difícil organizar algum evento ou atividade;

**Futuro**

1. Gostariam de focalizar o seu trabalho para as zonas de Kinara, Gabu e Cacheu em zonas que já identificaram estarem a ser afetadas algumas por mudanças climáticas e outras por má gestão do ambiente pelos habitantes da zona.
2. Pretendem um ou mais centros de estágios para meninas em zonas em que intervêm em questões climáticas isto porque por experiência própria de algumas as meninas têm imensos problemas em conseguir estágios após a sua formação. É recorrente depararem-se com situações de assédio sexual . Assim com centros de estágios em determinadas zonas poderia aliviar algumas meninas destas dificuldades
3. Continuar e ou consolidar parcerias com outras organizações tais como a rede de crianças jornalistas, a FINJOR, a RENAGELF

**Recomendações**

1. Que o Estado tenha planos exequíveis e fundos para o trabalho da juventude e com a Juventude
2. Que o Ministério do Ambiente abra concursos públicos para que a juventude possa ter oportunidades de concorrer
3. Definição de lugares no interior do país que necessitem de intervenção nestas áreas e criar locais ou representações de modo a se poder trabalhar nestas áreas
4. Que o Estado comece a trabalhar em parceria séria com organizações que já trabalham nesta área e conhecem bem os problemas e que intervenções são necessárias.
5. As áreas protegidas deviam abrir espaços de investigação e para isso o Estado deve apoiar estas iniciativas
6. Que o Estado apoie numa sistematização de todas as informações sobre as preocupações ambientais no país e a localização dos problemas, etc…

**MIKAT - Movimento Mindjer i ka Tambur**

A entrevista foi realizada pela coordenadora principal da organização a Sra. Yolanda Victor Monteiro Garrafão

A organização teve a sua origem numa ação em que um grupo de jovens resolveu fazer no período da COVID. Na altura perceberam que havia aumentado a violência doméstica e daí, através da arte da maquiagem e fotografia, decidiram fazer uma campanha contra a violência doméstica. Devido à originalidade da campanha esta teve muita aderência e o projeto a que designaram, na altura, de “Mindjer i ka tambur” passou de forma espontânea a receber solicitações e denúncias. Passaram assim a apoiar as mulheres dando informação e orientação na polícia, tribunais, agentes sociais, etc. Desta forma fizeram a transição para uma organização que passaram a chamar de Movimento Mindjer i ka Tambur

Esta organização é constituída essencialmente por mulheres com idades compreendidas entre os 18 e 35 anos de idades. O núcleo da organização é 80% constituída por jovens mulheres licenciadas, estudantes a fazer pesquisas para mestrado e estudantes universitárias.

**Áreas de Intervenção**

1. Educação sobre violência (metodologia não formal)
2. Saúde, saúde pública
3. Justiça para mulheres

**Apoios e Parcerias**

A organização tem projetos financiados pelo PNUD-Na nô Mon e pelo SGP-JEF-PNUD

Nestes projetos trabalham sobre violência através de capacitação sobre violência e empreendedorismo, trabalham com músicos e agentes de defesa e segurança em Bissau

Com o fundo da JEF-fundo para o ambiente desenvolvem um projeto com a mulheres da granja de Pessubé sobre preservação ambiental, questão género e economia

Quanto ao Estado nunca tiveram qualquer relacionamento . De vez em quando um convite para assistir a algum evento.

**Problemas/Dificuldades**

1. Demanda de apoio por parte das mulheres e a morosidade de atendimento quer na polícia, quer nos tribunais;
2. A falta de crença na justiça das próprias vitimas porque na realidade a justiça não dá resposta e as mulheres na maior parte dos casos deixam cair as denuncias
3. Falta de apoio financeiro para as ações que precisam desenvolver . Trabalham num sistema de voluntariado total sem qualquer tipo de subsídios
4. Necessitam com urgência uma estrutura de apoio social, jurídico e psicológico para as vitimas mas têm dificuldades de financiamento para uma estrutura desta natureza

**Desafios**

1. Expansão da organização porque a violência em zonas rurais é alta e é necessário chega até lá. Por enquanto só atuam em Bissau

**Recomendações**

1. Urgente o centro de acolhimento de vitimas em risco
2. Medidas que possam agilizar a justiça em casos de violência doméstica
3. Que o Estado considere dar apoio financeiro ou outros tipos de apoios às organizações da sociedade civil
4. É urgente que o Estado apoie a recolha dados sobre a situação das mulheres no país

1. Ver doc…Plano (???) [↑](#footnote-ref-1)
2. Casa Dos Direitos não é uma organização mas sim uma estrutura informal constituída por um consórcio de organizações não governamentais: Liga, Tiniguena, Renluv, Miguilan, AMIC [↑](#footnote-ref-2)
3. Segundo a base de dados do Conselho Nacional de Juventude em 2009, eram mais de duas dezenas e meia. [↑](#footnote-ref-3)
4. CIEA7 #7: MODERNIDADES, MARGINALIZAÇÃO E VIOLÊNCIA: ESTRATÉGIAS DE SOBREVIVÊNCIA E AFIRMAÇÃO DOSJOVENS EM CABO VERDE E GUINÉBISSAU. Miguel de Barros. Associativismo juvenil enquanto estratégia de integração social: o caso da Guiné-Bissau. [↑](#footnote-ref-4)
5. Ver as fichas de entrevistas. [↑](#footnote-ref-5)
6. Ver pag. Caderno 11-Casa dos Direitos, Estudo sobre Condição da Mulher na Guiné-Bissau [↑](#footnote-ref-6)
7. Caderno nr. 11- Casa dos Direitos, Estudo sobre Condição da mulher na Guiné-Bissau [↑](#footnote-ref-7)
8. Estudo Tipologias da Violência de Género, RENLUV, 2018 [↑](#footnote-ref-8)
9. PPM e RENLUV. [↑](#footnote-ref-9)
10. RENAGELF. [↑](#footnote-ref-10)
11. Fórum de Intervenção Social das Jovens Raparigas. [↑](#footnote-ref-11)
12. Pesquisar (???) [↑](#footnote-ref-12)
13. RENAGEL [↑](#footnote-ref-13)
14. RENLUV [↑](#footnote-ref-14)
15. RENAGELF, FINJOR, Centro de Estudos de Género, Movimento mindjer i ka Tambur [↑](#footnote-ref-15)
16. Existe também um registo áudio de todas as entrevistas realizadas [↑](#footnote-ref-16)
17. Mulheres que faziam o fanado das meninas [↑](#footnote-ref-17)
18. PNIEG-Política Nacional de Igualdade e Equidade de Género [↑](#footnote-ref-18)